



Ministério da Educação  
Instituto Federal do Espírito Santo  
Reitoria

**EDITAL Nº 02, DE 04 DE JULHO DE 2023**  
**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**  
**NOTA Nº 07**

**CARGO: Técnico em Assuntos Educacionais**

*Onde se lê:*

3. Legislação da Educação Brasileira: Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional e suas alterações (Lei nº 9394 de 1996), diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica (CNE\_RES\_CNE/CP Nº1 de janeiro de 2021), diretrizes curriculares nacionais do ensino médio (Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018), diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos (Resolução nº1 de 25 de maio de 2021), diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos (CNE\_RES\_CNE/CP Nº1 de 30 de maio de 2012), diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (resolução CNE/CP nº1 de 17 de junho de 2004), Lei brasileira da inclusão da pessoa com deficiência( lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015), Base Nacional Curricular Comum na etapa do Ensino Médio (Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (capítulo III, seção I).

*Leia-se:*

3. Legislação da Educação Brasileira: Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional e suas alterações (Lei nº 9394 de 1996), diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação profissional e tecnológica (CNE\_RES\_CNE/CP Nº1 de janeiro de 2021), diretrizes curriculares nacionais do ensino médio (Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018), diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos (Resolução nº1 de 25 de maio de 2021), diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos (CNE\_RES\_CNE/CP Nº1 de 30 de maio de 2012), diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana (resolução CNE/CP nº1 de 17 de junho de 2004), Lei brasileira da inclusão da pessoa com deficiência( lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015), Base Nacional Curricular Comum na etapa do Ensino Médio (Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018), Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Título VIII, capítulo III, seção I).